



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 952-A, DE 2021 **(Do Sr. Coronel Chrisóstomo)**

Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que “Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências”; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (relator: DEP. GABRIEL MOTA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. CORONEL CHRISÓSTOMO)

Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que “Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acresce dispositivos à Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para incluir a modernização da agricultura familiar entre os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.

Art. 2º Os artigos 3º e 4º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, passam a vigorar acrescidos dos respectivos incisos VII e XIII:

“Art

3º

.....

VII – modernização da agricultura familiar baseada no incremento de sua eficiência tecnológica”. (NR)

“Art.

4º

.....

XIII – promover a busca de soluções inovadoras e de eficiência tecnológica na agricultura familiar”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Acerca da modernização da agricultura familiar, cabe refletir que o avanço tecnológico se apresenta como força motora principal do desenvolvimento econômico de qualquer atividade produtiva, e com o setor agrícola não seria diferente.

No caso específico da agricultura familiar, a escassez de recursos financeiros faz com que haja maior dificuldade de adoção tecnológica e, nesse sentido, a manutenção e fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF e, até mesmo, a criação de uma linha de crédito direcionada para a implantação de inovações tecnológicas em diferentes fases do processo produtivo se apresenta como uma importante ferramenta para a modernização da agricultura familiar.

No entanto, embora a concessão de crédito constitua-se numa necessidade para que agricultores possam aumentar sua eficiência tecnológica, por si só não é suficiente. Primordial se faz que o desenvolvimento e adoção de inovações tecnológicas, efetivamente, faça parte do processo produtivo da agricultura familiar. Para tanto, o acesso a um programa de capacitação tecnológica direcionado à realidade local se apresenta como um desafio que só pode ser transposto sob a liderança da assistência técnica e extensão rural.

Assim sendo, entendemos que deve constar entre os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER a modernização da agricultura familiar por meio do incremento de sua eficiência tecnológica.

Consequentemente, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER pode priorizar a disponibilização aos agricultores familiares de cursos de capacitação tecnológica destinados ao desenvolvimento de soluções inovadoras e modernização da agricultura familiar.

Por fim, apresentamos o presente Projeto de Lei visando tornar a modernização da agricultura familiar um princípio da PNATER, e a busca de

soluções inovadoras e de eficiência tecnológica na agricultura familiar um de seus objetivos.

Certos de poder contar com o apoio dos nobres pares, encaminhamos este projeto de lei para apreciação e aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010

Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
 DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
 EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E
 REFORMA AGRÁRIA – PNATER

.....
 Art. 3º São princípios da Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Art. 5º São beneficiários da Pnater:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei.

Parágrafo único. Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário - RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária - SIPRA.

.....
.....

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 952, DE 2021

Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que “Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências”.

Autor: Deputado CORONEL
CHRISÓSTOMO

Relator: Deputado GABRIEL MOTA

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei nº 952, de 2021, o Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO propõe a inclusão da modernização e a busca por ganhos de eficiência entre os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), de que trata a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Em defesa da medida, o autor da matéria argumenta que o agricultor familiar enfrenta maiores obstáculos na adoção de inovações tecnológicas, muito em razão das restrições que enfrenta, tais como recursos financeiros escassos.

O projeto tramita em regime ordinário, sem apensos e foi distribuído para a apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade e de



juridicidade, conforme disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É com satisfação que relato o Projeto de Lei nº 952, de 2021, pelo qual o Deputado Coronel Chrisóstomo propõe que o ganho de eficiência produtiva integre os princípios e os objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. A providência é adotada por intermédio do acréscimo dos incisos VII e XIII aos artigos 3º e 4º da Lei em referência.

Para este relator, a medida em análise é oportuna e necessária, dado que parte considerável das restrições enfrentadas pela agricultura familiar pode ser superada pela adoção de inovações tecnológicas. Essas inovações têm muito a contribuir para a rentabilidade, a competitividade e a longevidade das atividades desenvolvidas por nossos agricultores familiares. A medida é bem-vinda e contribuirá para o robustecimento econômico da agricultura de pequeno porte.

Por essa razão, manifesto-me favorável à **aprovação** do Projeto de Lei nº 952, de 2021, como apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado GABRIEL MOTA
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 952, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 952/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gabriel Mota.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Tião Medeiros - Presidente, Ana Paula Leão, Pastor Diniz e Emidinho Madeira - Vice-Presidentes, Adilson Barroso, Afonso Hamm, Albuquerque, Alceu Moreira, Alexandre Guimarães, Coronel Meira, Daniel Agrobom, Daniela Reinehr, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, Gabriel Mota, Giovanni Cherini, Henderson Pinto, João Daniel, Lázaro Botelho, Luciano Amaral, Luiz Nishimori, Magda Mofatto, Márcio Honaiser, Marcon, Marussa Boldrin, Misael Varela, Murillo Gouvea, Pezenti, Raimundo Costa, Rodolfo Nogueira, Rodrigo Estacho, Romero Rodrigues, Samuel Viana, Toninho Wandscheer, Valmir Assunção, Zé Silva, Zezinho Barbary, Zucco, Alberto Fraga, Antônio Doido, Benes Leocádio, Bohn Gass, Carlos Veras, Charles Fernandes, Coronel Fernanda, Dagoberto Nogueira, Eliane Braz, Emanuel Pinheiro Neto, General Girão, Geraldo Mendes, Heitor Schuch, Icaro de Valmir, Juarez Costa, Julia Zanatta, Lucas Ramos, Marcel van Hattem, Marcos Pollon, Matheus Noronha, Murilo Galdino, Roberta Roma, Roberto Duarte, Sergio Souza, Thiago Flores, Vermelho, Zé Trovão e Zé Vitor.

Sala da Comissão, em 8 de novembro de 2023.

Deputado TIÃO MEDEIROS
Presidente



FIM DO DOCUMENTO